

## OS NOVOS PROLETÁRIOS DO MUNDO E ALGUNS ASPECTOS DA DOMINAÇÃO DE CLASSE

**Raphael Lana Seabra**

**Pesquisador independente**

A crise do capital da década de 70 vem alterando profundamente a estrutura social ao longo desses últimos trinta anos. O advento do neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível vêm desencadeando uma série de transformações para a classe trabalhadora e sua estrutura interna. A redução do proletariado estável, o surgimento e o crescimento do subproletariado, além do enorme exército de reserva, têm sido um dos maiores entraves para a coesão da classe trabalhadora. Neste mesmo viés, as delimitações do conceito e da ação de classe se encontram seriamente desacreditadas devido às ideologias dominantes, que fornecem “apenas uma explicação *plausível*, a partir da qual se possa projetar a *estabilidade* da ordem estabelecida”<sup>1</sup>, distorcendo o *verdadeiro* reflexo do mundo social.

Devemos então, diante do processo de volatilidade proporcionado pelas formas de existência do mundo moderno, procurar evidenciar e compreender o *novo desenho multifacetado do mundo do trabalho*.

### I

A *acumulação flexível* caracteriza-se “por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo”<sup>2</sup>. Mas a flexibilização do processo produtivo é resultante direta da determinação mais profunda do sistema do capital, que em sua estrutura totalizadora, tem como “motivo que impulsiona e o objetivo que determina o processo de produção capitalista”, sua “maior autovalorização possível (...), isto é, a *maior produção possível de mais-valia*”<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> István Mészáros, *O poder da ideologia*. São Paulo, Boitempo, 2004, p.69.

<sup>2</sup> David Harvey, *Condição pós-moderna*. 13ª ed., São Paulo, Loyola, 2004, p.140.

<sup>3</sup> Karl Marx, *O Capital 1/1*. São Paulo, Abril Cultural, 1983, p.263.

Presumimos que a implementação de novas tecnologias e modificações no processo de produção capitalista, além de possibilitar a intensificação no processo de extração de sobretrabalho e a precarização do emprego, permitiu a dispensabilidade de se deslocar o núcleo produtivo das empresas para fora dos limites nacionais (Leste europeu, Ásia e América Latina), em busca de mão-de-obra barata e qualificada<sup>4</sup>, uma vez que, com a ajuda de seus Estados, foram geradas regiões de baixa renda salarial e seguridade social – sendo necessário ressaltar, que nesse ponto, nos referimos aos países *capitalistas centrais*.

Temos então, de acordo com Marx e Engels que, “indivíduos determinados com atividade produtiva segundo um modo determinado entram em relações sociais e políticas determinadas”<sup>5</sup>, sendo possível perceber, que a mudança na esfera organizacional e tecnológica do trabalho, visando o aumento da “produtividade sob o prisma do capital, tem assim dois objetivos: aumentar a eficácia da produção e diminuir relativamente o preço do trabalho”<sup>6</sup>. Ou seja, “exatamente porque o capital não pode eliminar o *trabalho vivo* do processo de criação de valores, ele deve aumentar *a utilização e a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do sobretrabalho em tempo cada vez mais reduzido*”<sup>7</sup>. Nasce no âmago do processo de reestruturação produtiva uma bizarra combinação entre mais-valia absoluta e relativa.

A acumulação flexível e sua reestruturação produtiva representam a prevalência da teoria do valor em nossas sociedades. A produção de mercadorias<sup>8</sup> constitui o cerne da sociedade moderna, sendo o intercâmbio dessas mercadorias a forma de reprodução social. Nesse sentido, “os seres sociais tornaram-se mediados entre si e combinados dentro de uma totalidade social estruturada, mediante um sistema de produção e intercâmbio estabelecido”<sup>9</sup>. Em sua forma abstrata de realização, o trabalho social é elaborado diretamente para a produção de valores de troca e a acumulação de mais-valia, sendo difundido o ideário de *sociedade do trabalho*. Discorremos que a *sociedade do trabalho* como conceito ontológico seria mera tautologia, considerando que “como criador de

---

<sup>4</sup> Isso não significa de modo algum, que as grandes transnacionais deixaram de investir seu capital em setores estrangeiros.

<sup>5</sup> Karl Marx e Friederich Engels, *A ideologia alemã*. 2ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 1998, p.18.

<sup>6</sup> Dominique Pignon e Jean Querzola, “Ditadura e democracia na produção”. In: André Gorz (org.), *Crítica à divisão do trabalho*, 3ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 1996, p.118.

<sup>7</sup> Ricardo Antunes, *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo, Boitempo, 2003, p.119.

<sup>8</sup> Cf. Marx, “Capítulo I”, *O Capital vol.1/1*. cit.

<sup>9</sup> Antunes, *Os sentidos do trabalho*, cit., p.19.

valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana”<sup>10</sup>.

A respeito dessas diversidades surgidas no interior processo *material da produção*:

“Decorre que um modo de produção ou um estágio industrial determinados estão constantemente ligados a um modo de cooperação ou a um estágio social determinados, e que esse modo de cooperação é, ele próprio, ‘uma força produtiva’; decorre igualmente que a massa das forças produtivas acessíveis aos homens determina o estado social, e que se deve por conseguinte estudar e elaborar incessantemente a ‘história dos homens’ em conexão com a história da indústria e das trocas”<sup>11</sup>.

A citação acima reforça o que será exposto posteriormente, onde o estudo das classes “conduz ao conhecimento das forças motrizes da sociedade e dos dinamismos sociais”<sup>12</sup>. Nos cabe agora, salientar, quais são os efeitos diretos da acumulação flexível e sua reestruturação produtiva, da era neoliberal, para a configuração e a centralidade da classe trabalhadora na sociedade contemporânea.

## II

*Acumulação flexível, reestruturação produtiva, fábrica moderna, liofilização, lean production, qualidade total, círculos de controle de qualidade(CCQs), trabalhadores multifuncionais, polivalentes, terceirizados, precarizados, part time, informais e desempregados*, entre tantos outros indícios do processo de acumulação capitalista, constituem o *ideário* e a *prática* cotidiana do mundo do trabalho na contemporaneidade. Diante de todos estes processos desestruturadores da classe trabalhadora, qual seria sua

---

<sup>10</sup> Marx, *O Capital vol1/1*, cit., p.50.

<sup>11</sup> Marx e Engels, *A ideologia alemã*, cit., p.23-4.

<sup>12</sup> Rodolfo Stavenhagen, “Classes sociais e estratificação social”. In: Marialice M. Foracchi e José de S. Martins (orgs.), *Sociologia e sociedade*. São Paulo, LTC, 1994, p.287.

atual configuração? Estaria o trabalho definindo e em vias de desaparecimento? Seria o trabalho, como característica ontológica, revogável? E o conceito de classes sociais, inserido nesse aspecto conjuntural, faria algum sentido?

Partindo da delimitação do conceito de classes sociais, e associando-o aos fatores sócio-econômicos apontados anteriormente, teremos, de *modo sintético*, apontamentos que respondem de maneira divergente a estas indagações.

Devemos então, salientar os aspectos significativos que constituem as classes sociais, onde elas são definidas basicamente por: 1) suas relações com os meios de produção, 2) estando diretamente ligadas ao processo histórico/evolutivo da sociedade em questão, 3) existindo somente em relação umas com as outras, 4) sendo que seu estudo “conduz ao conhecimento das forças motrizes da sociedade e dos dinamismos sociais”, 5) suas oposições encontram-se principalmente nos campos político e econômico, 6) e essas oposições, lutas e conflitos são a expressão das contradições inerentes ao sistema sócio-econômico determinado<sup>13</sup>. “As realidades da existência de classes são inseparáveis das muito poderosas determinações materiais do próprio metabolismo social”, não constituindo desse modo, “uma invenção teórica abstrata, e sim uma realidade social tangível”<sup>14</sup>.

Em sua constituição *tradicional*, a classe trabalhadora foi, “ao longo dos séculos XIX e XX, predominantemente associada à idéia de trabalhadores manuais, fabris, egressos quase que exclusivamente do mundo industrial taylorista e fordista”<sup>15</sup>, o que confere às teses *eurocêntricas* sobre o *fim do trabalho*, uma *pretensa validade*, considerando-se, que não só na Europa e/ou Estados Unidos, mas em praticamente todo o mundo capitalista, se verifica o processo de *desproletarização* da produção fabril. Mas o que essas *teses* não consideram, é que paradoxalmente a esse processo de *desproletarização* da produção, emerge a *proletarização* dos setores mais intelectualizados.

Então, conforme indica Ricardo Antunes, a classe trabalhadora, hoje inclui “todos aqueles e aquelas que *vendem sua força de trabalho em troca de salário*, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o

---

<sup>13</sup> Cf. Idem, *ibidem*, p. 286-291.

<sup>14</sup> Mézáros, *op. cit.*, p.335 e 235.

<sup>15</sup> Ricardo Antunes, “A nova morfologia do trabalho e o desenho multifacetado das ações coletivas”. In: Marco Aurélio Santana e José Ricardo Ramalho (orgs.), *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo, Boitempo, 2003, p.214.

proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital”<sup>16</sup>. É claro que estão inseridos nesse leque os trabalhadores temporários, precarizados, subcontratados, informais e também os trabalhadores segregados do mercado de trabalho pelo processo de *acumulação flexível*, que “hipertrofia” o exército industrial de reserva. Não incluiremos aqui, os gerentes e gestores do capital, que apesar de também se encontrarem como *assalariados*, tendem - por ocuparem altos cargos e receberem altos salários - a se identificar com o capital.

Podemos deduzir, sem sombra de dúvidas, que a *nova* constituição da classe trabalhadora, ou nas palavras de Antunes, da *classe-que-vive-do-trabalho*, é cingida por aparatos fragmentadores – devido aos imperativos totalizadores do capital – dissolvendo os elementos enumerados por Gramsci para a composição da *solidariedade de classe*<sup>17</sup>. Se o fordismo, em sua rigidez e massificação da produção, concentrou o proletariado *semiqualficado* no espaço social fabril, *homogeneizando suas condições de existência*, e esse processo possibilitou, paradoxalmente a emergência de uma consciência e solidariedade de classe, em busca de autonomia no processo de produção e melhores condições de trabalho; a acumulação flexível e sua reestruturação produtiva (modelo toyotista), respondendo “a atual tendência dos mercados de trabalho”, reduziu “o número de trabalhadores ‘centrais’ (*estáveis*)” e empregou “cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins”<sup>18</sup>. Essa volatilidade e insegurança nas relações de trabalho tombam por terra o *sentimento de pertencimento, solidariedade e consciência de classe* dos proletários, reduzindo drasticamente sua capacidade de mobilização social.

É interessante expor aqui a observação feita por Marx em seu Capítulo VI (inédito) d’O Capital, onde segundo ele, “o capital *regula* esta produção da própria força de trabalho, a produção de massa humana que há de explorar, em conformidade com as suas necessidades de exploração”<sup>19</sup>. Então, “qualquer organização do trabalho (*sob o domínio*

---

<sup>16</sup> Idem, *Os sentidos do trabalho*, cit., p.103.

<sup>17</sup> “La división del trabajo ha creado en la unidad psicológica de la clase obrera; ha creado en el mundo proletario ese cuerpo de sentimientos, de instintos, de pensamientos, de costumbres, de hábitos y afectos que se resumen en la expresión *solidariedad de clase*”. Antonio Gramsci, *Pequeña Antología Política*. 2ª ed., Barcelona, Editorial Fontanella, 1977, p.39.

<sup>18</sup> Harvey, op. cit., p.144.

<sup>19</sup> Karl Marx, *Capítulo VI inédito d’O Capital, resultados do processo de produção imedita*. 2ª ed., São Paulo, Centauro, 2004, p.134.

*capitalista*) deve ser, indissolavelmente, técnicas de produção e de dominação patronal sobre aqueles que produzem”<sup>20</sup>. Um dos aspectos mais nefastos e pertinentes à realidade das classes, (especialmente as classes trabalhadoras), diz respeito às hierarquias e estratificações derivadas do próprio processo de divisão social do trabalho no âmago da produção capitalista.

É no desenvolvimento da produção manufatureira que esse processo de polarização/hierarquização no interior da classe proletária se torna costumeiro:

“uma vez que as diferentes funções do trabalhador coletivo podem ser mais simples ou mais complexas, mais baixas ou mais elevadas, seus órgãos, as forças de trabalho individuais, exigem diferentes graus de formação, possuindo por isso valores muito diferentes. A manufatura desenvolve portanto uma hierarquia das forças de trabalho à qual corresponde uma escala de salários. (...) Ao lado da graduação hierárquica surge a simples separação dos trabalhadores em qualificados e não qualificados”<sup>21</sup>.

Trazendo para a atualidade essa discussão, teremos claras evidências do fosso social existente entre trabalhadores “estáveis e precários, homens e mulheres, jovens e idosos, nacionais e imigrantes, qualificados e desqualificados, ‘incluídos’ e ‘excluídos’, e tantos outros exemplos que ocorrem no interior de um espaço nacional”<sup>22</sup>. Ou seja, qualquer surto de instabilidade, acompanhado pela transformação organizacional e tecnológica no âmbito produtivo, pode trazer à tona formas de racismo, sexismo e corporativismo inegavelmente perversos à coesão da classe trabalhadora. Como diz Mészáros, “as classes são dominadas não apenas pelo *pessoal* da outra classe, mas também pelos *imperativos estruturais objetivos* do sistema de produção e divisão do trabalho historicamente dados”<sup>23</sup>.

As estratificações oriundas do sistema produtivo e suas respectivas formas de divisão do trabalho constituem um aspecto vital da realidade das classes, consistindo em

---

<sup>20</sup> André Gorz, “Prefácio”. In: André Gorz, op. cit., p.11.

<sup>21</sup> Marx, *O Capital 1/1*, cit., p.276.

<sup>22</sup> Antunes, *Os sentidos do trabalho*, cit., p.116.

<sup>23</sup> Mészáros, op. cit., p.333.

gravíssimo erro desconsidera-las ou omiti-las. Sendo necessário ressaltar justamente o contrário, onde:

“uma abordagem adequada da estratificação envolve a elaboração e a implementação prática de estratégias viáveis que reconheçam plenamente que as complexidades dinâmicas da totalização coletiva estão fundadas na atividade própria de forças sociais multifacetadas, com interesses objetivos próprios”<sup>24</sup>.

Gorz argumenta que “a tecnologia capitalista e a divisão capitalista do trabalho não se desenvolveram, portanto, por causa da sua eficácia produtiva *em si*, mas em razão da sua eficácia no contexto do trabalho alienado e forçado”<sup>25</sup>. A função das hierarquias no processo produtivo não se resumem puramente a subtração do controle operário das condições e técnicas produtivas, mas também, a criação de estratificações no interior da própria classe, e estas estratificações não constituem simplesmente o reflexo passivo das relações de classes, são também, as bases legitimadoras das condições de classe. Nos dizeres de Stavenhagen: “Conseqüentemente, as estratificações podem ser consideradas também como justificações ou racionalizações do sistema econômico existente, ou seja, como ideologias”, exercendo, pois, “um papel eminentemente conservador na sociedade, enquanto que as oposições e os conflitos de classes constituem, por excelência, um fenômeno de ordem dinâmica”<sup>26</sup>. (É fundamental ressaltar que as estratificações só obtêm validade para as classes superiores, quando correspondem diretamente à estrutura sócio-econômica).

---

<sup>24</sup> Mészáros, op. cit., p.332.

<sup>25</sup> André Gorz, “O despotismo de fábrica e suas conseqüências” In: Gorz (org.) op. cit., p.83. É necessário nos lembramos da Seção IV e mais especificamente do Capítulo XI d’O Capital, onde Marx diz: “A atividade de um número maior de trabalhadores, ao mesmo tempo, no mesmo lugar (ou, se se quiser, no mesmo campo de trabalho), para produzir a mesma espécie de mercadoria, sob o comando do mesmo capitalista, constitui histórica e conceitualmente o ponto de partida da produção capitalista. (...) Com a cooperação de muitos trabalhadores assalariados, o comando do capital converte-se numa exigência para a execução do próprio processo de trabalho, numa verdadeira condição da produção”. Marx, *O Capital 1/1*, cit., p.257-63.

<sup>26</sup> Stavenhagen, op. cit., p.292. Retornamos novamente às determinações materiais da classe, onde Mészáros, brilhantemente expõe o conceito de ideologia, como não sendo uma “ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada”. Mészáros, op. cit., p.65.

Apesar da sociedade de classes capitalista possibilitar a mobilidade social, tanto ascendente quanto descendente, um indivíduo qualquer, pode apresentar uma variedade de *status*, mas pertencer somente a uma classe. Diante dessa subordinação do indivíduo a classe, Marx e Engels destacam que “a classe torna-se, por sua vez, independente em relação aos indivíduos, de maneira que estes têm suas condições de vida estabelecidas antecipadamente, recebem de sua classe, já delineada, sua posição na vida e ao mesmo tempo seu desenvolvimento pessoal; são subordinados à sua classe”<sup>27</sup>.

### III

Conforme indicado anteriormente, “o motivo que impulsiona e o objetivo que determina o processo de produção capitalista é a maior autovalorização possível do capital, isto é, a *maior produção possível de mais-valia*”<sup>28</sup>, sendo esse processo de autovalorização calcado no trabalho assalariado, que possui, dentro do sistema capitalista de produção, uma existência submetida ao seu domínio (basta lembrar, que o capital não produz apenas mais-valia, produz também a forma específica de existência do trabalhador, de acordo com suas necessidades produtivas). Então, é exatamente por não poder eliminar “o *trabalho vivo* do processo de criação de valores”, que o capital “deve aumentar a *utilização e a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do sobretrabalho em tempo cada vez mais reduzido*”<sup>29</sup>.

O proletariado contemporâneo é hoje, em oposição ao proletariado tradicional (reduzido em sua *dimensão intelectual e desantropomorfizado*), instigado a participar e opinar no processo de produção (CCQs) seja ele *material* ou *imaterial, produtivo* ou *improdutivo*, o que lhe confere uma *interatividade inautêntica*. Daí resultam as novas formas de estranhamento e alienação, a empresa *moderna* torna-se uma *grande família* e seu bom desempenho depende – segundo o patronato – exclusivamente de seus funcionários, que agora não são apenas simples *apêndices do maquinário*, e sim gestores de

---

<sup>27</sup> Marx e Engels, *A ideologia alemã*, cit., p.61.

<sup>28</sup> Marx, *O Capital 1/1*, cit., p.263.

<sup>29</sup> Antunes, *Os sentidos do trabalho*, cit., p.119.

seu próprio trabalho. Tal fato contribui diretamente à emergência de um *subjetivismo exacerbado*, onde “todos se tornam seu próprio ‘capital humano’, ainda que seja simplesmente o corpo nu” a relação dos indivíduos consigo mesmos, toma a forma de uma “autovalorização”<sup>30</sup>.

Temos então, que as formas de (des)sociabilidade permitidas pela *sociedade do trabalho*, atribuíram uma pretensa *descentralização* da categoria trabalho, chegando desse modo, até mesmo a questionar a validade do conceito de classes sociais, encoberto-o com suas cristalizações ideológicas da ordem pré-existente. Devido a estes fatores, torna-se crucial a elaboração de uma concepção ampliada de trabalho, suas formas de ser na contemporaneidade, assim como a centralidade da classe trabalhadora e sua nova morfologia e seu caráter multifacetado.

---

<sup>30</sup> Robert Kurz, “O Declínio da classe média”. *Mais!*, São Paulo, domingo 19 de setembro de 2004, p. 11.

## Bibliografia

ANTUNES, Ricardo, *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo, Boitempo, 2003.

\_\_\_\_\_, “A nova morfologia do trabalho e o desenho multifacetado das ações coletivas”. In: SANTANA, Marco Aurélio e RAMALHO, José Ricardo (orgs.), *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo, Boitempo, 2003.

GRAMSCI, Antonio, *Pequena Antologia Política*. 2ª ed., Barcelona, Editorial Fontanella, 1977.

HARVEY, David, *Condição pós-moderna*. 13ª ed., São Paulo, Loyola, 2004.

GORZ, André, “Prefácio”. In: GORZ, André (org.), *Crítica à divisão do trabalho*. 3ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 1996.

\_\_\_\_\_, “O despotismo de fábrica e suas conseqüências”. In: GORZ, André (org.), *Crítica à divisão do trabalho*. 3ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 1996.

KURZ, Robert, “O Declínio da classe média”. *Folha de São Paulo, caderno Mais!*, São Paulo, domingo 19 de setembro de 2004.

MARX, Karl e ENGELS, Friederich, *A ideologia alemã*. 2ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 1998.

MARX, Karl, *O Capital 1/1*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_, *Capítulo VI inédito d'O Capital, resultados do processo de produção imediata*. 2ª ed., São Paulo, Centauro, 2004.

MÉSZÁROS, István, *O poder da ideologia*. São Paulo, Boitempo, 2004.

PIGNON, Dominique e QUERZOLA, Jean, “Ditadura e democracia na produção”. In: André Gorz (org.), *Crítica à divisão do trabalho*. 3ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 1996.

STAVENHAGEN, Rodolfo, “Classes sociais e estratificação social”. In: FORACCHI, Marialice Mencarini e MARTINS, José de Souza (orgs.), *Sociologia e sociedade*. São Paulo, LTC, 1994.

